

Por Antonio Penteado Mendonça

Com o cenário econômico complicado, pessoas que têm plano privado de saúde correm o risco de ficar sem, reduzindo os recursos do setor

O Brasil tem mais ou menos 50 milhões de pessoas atendidas por planos de saúde privados. É um número alto, levando em conta o total de habitantes e a renda média. Mas não é um número bom. E fica pior quando se tem em conta que eles estão entre os sonhos de consumo da parte da população ainda não atendida por eles.

O problema é que o SUS funciona mal porque tem poucos recursos. O cidadão não está disposto a ficar em filas intermináveis, no fim das quais, invariavelmente, ele escuta que é para voltar seis meses depois, tanto faz se o caso é de urgência ou não. Não cabe aqui entrar em detalhes sobre a situação dramática vivida pelo brasileiro que não tem plano de saúde privado. Uma olhada nos noticiários do dia irá mostrar cenas tristes de falta ou de mau atendimento na rede pública de saúde. Dando uma ideia do tamanho do rombo, as Santas Casas e hospitais benéficos acumulam uma dívida próxima dos R\$ 17 bilhões, não porque sejam todos mal administrados, mas porque o que lhes é pago é insuficiente para fazer frente aos custos como atendimento à população.

O trágico é que não há nenhuma esperança de mudança, nem mesmo a longo prazo. O governo fala muito, mas faz pouco e, quando faz, invariavelmente faz errado. O Brasil não precisa de todos os novos hospitais que são prometidos a cada campanha eleitoral. Se os existentes fossem remunerados decentemente, uma parte imensa do problema estaria resolvida. E dezenas de esqueletos abandonados não serviriam de monumento para a demagogia, a incompetência e a falta de comprometimento dos administradores com a população.

Ao contrário, a rede existente poderia ser aparelhada com equipamentos modernos, em número suficiente para atender as necessidades da sociedade. Seria possível planejar políticas de prevenção mais eficientes. O atendimento poderia ser feito em unidades com diferentes graus de complexidade, como existe na teoria, mas derrapa na prática. E assim por diante, inclusive com remunerações compatíveis com as dificuldades e sofisticações de cada uma das profissões. Como isso é sonho, o jeito é ter plano de saúde privado.

Nos últimos anos, o setor experimentou um forte crescimento, que pode ser visto nos hospitais privados completamente lotados e com longas filas de espera. Mas o Brasil entrou numa quadra negativa, capaz de afetar os planos de saúde privados, comprometendo inclusive a estabilidade do sistema. O melhor exemplo são os planos individuais, cada vez mais difíceis de serem oferecidos por empresas de primeira linha porque a Lei dos Planos de Saúde inviabiliza o produto. E o outro lado da moeda são os planos para médias e pequenas empresas, que foram o grande arrimo da atividade no ano passado.

Em 2015 o cenário econômico é complicado e ameaça afetar todos os setores da vida nacional. Inflação alta, juros altos, impostos ainda mais altos, queda no consumo e na atividade econômica. Isso significa demissões e menos dinheiro no bolso do cidadão. Assim, gente que tem plano privado corre o risco de ficar sem, reduzindo os recursos do setor. Mais grave é que a inflação médico-hospitalar está em patamar bem mais elevado do que a inflação oficial, que já está alta o suficiente e pode comprometer o padrão de vida de milhões de brasileiros. Dificilmente as operadoras conseguirão implantar os reajustes necessários para fazer frente a estes custos, inclusive nos planos empresariais. Além disso, a inflação come parte do resultado das aplicações financeiras, o que compromete a capacidade de pagar os procedimentos cobertos sem afetar as reservas necessárias para fazer frente aos compromissos de longo prazo, ou seja, aos eventos que ainda não aconteceram, mas que estão previstos pelos planos.

Crise quer também dizer oportunidade. Agora é a hora certa de se fazer uma profunda revisão das regras em vigor no Brasil.

A suspensão da venda de dezenas de planos de diferentes operadoras pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é o cartão amarelo. O próximo complica o jogo.

**Fonte:** Estado de São Paulo, em 02.03.2015.